

**Esta impressão não tem validade antes de ser enviada para o SIGProj
Submeta a proposta e imprima novamente este documento.**

**FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj
EDITAL UFT - 2020 - FLUXO CONTÍNUO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO 2020**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°:

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: Grêmios Estudantis - Do ensino fundamental ao médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM)

TIPO DA PROPOSTA:

Curso Evento Prestação de Serviços
 Programa Projeto

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:

Comunicação Cultura Direitos Humanos e Justiça Educação
 Meio Ambiente Saúde Tecnologia e Produção Trabalho
 Desporto

COORDENADOR: Célia Maria Grandini Albiero

E-MAIL: celiaalbiero@uft.edu.br

FONE/CONTATO: (63) 33668638 / (63) 999948755

Universidade Federal do Tocantins
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROJETO DE EXTENSÃO

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:
SIGProj N°:

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título:	Grêmios Estudantis - Do ensino fundamental ao médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM)
Coordenador:	Célia Maria Grandini Albiero / Docente
Tipo da Ação:	Projeto
Edital:	UFT - 2020 - FLUXO CONTÍNUO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO 2020
Faixa de Valor:	
Vinculada à Programa de Extensão?	Não
Instituição:	UFT - Universidade Federal do Tocantins
Unidade Geral:	CUM - Campus de Miracema
Unidade de Origem:	SERV - SERVIÇO SOCIAL
Início Previsto:	20/01/2021
Término Previsto:	31/01/2022
Possui Recurso Financeiro:	Não

1.2 Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação:	240 horas
Justificativa da Carga Horária:	240h total em 12 meses, sendo 20h por mês e 5h por semana, 1h para planejamento, 1h para organização, 1 h para monitoramento, supervisão e avaliação e 2h para execução.
Periodicidade:	Mensal
A Ação é Curricular?	Sim

Abrangência:	Regional
Tem Limite de Vagas?	Sim
Número de Vagas:	30
Local de Realização:	Câmpus de Miracema - Virtual - Remoto
Período de Realização:	O projeto será realizado de 20.01.2021 a 31.01.2022, com diferentes etapas, envolvendo planejamento, organização, implantação, execução e avaliação.
Tem Inscrição?	Sim
Início das Inscrições:	01/03/2021
Término das Inscrições:	15/03/2021
Contato para Inscrição:	Pelo google forms. Virtual. Criar formulário e link.
Tem Custo de Insc./Mensalidade?	Não

1.3 Público-Alvo

Estudantes gremistas do ensino fundamental e médio das escolas públicas dos 5 municípios do entorno de Miracema do Tocantins, dentre eles, Miranorte, Rio dos Bois, Tocantínia e Lajeado.

Gestores, educadores das escolas do ensino fundamental e médio públicas dos municípios em tela.

Membros docentes e discentes da graduação e pós-graduação do GEPESSFEP, Câmpus de Miracema da UFT.

Nº Estimado de Público: 34

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	1	5	5	1	0	12
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	5	0	0	1	6	12
Instituições Governamentais Municipais	5	0	0	0	5	10
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	0	0
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	11	5	5	2	11	34

Legenda:

(A) Docente

(B) Discentes de Graduação

(C) Discentes de Pós-Graduação

(D) Técnico Administrativo

(E) Outro

1.4 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento:	Ciências Sociais Aplicadas » Serviço Social » Serviço Social Aplicado » Serviço Social da Educação
Área Temática Principal:	Educação
Área Temática Secundária:	Direitos Humanos e Justiça
Linha de Extensão:	Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares

1.5 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

Esta proposta visa capacitar agentes multiplicadores alunos/as gremistas do ensino fundamental e médio para organização e participação política e iniciação científica de forma que estes sejam protagonistas das ações propostas para atividades sociais, políticas e educativas.

Os encontros ocorrerão de forma virtual a cada 15 dias, com temas de interesse dos/as alunos/as na perspectiva de efetivação dos direitos sociais, em especial da educação, saúde e assistência social.

A proposta busca também incentivar os/as estudantes de ensino fundamental e médio a inserção na universidade pública.

Palavras-Chave:

participação política., direitos sociais, grêmios estudantis, agentes multiplicadores, Capacitação

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

Criação de grêmios estudantis nas escolas de ensino fundamental e médio;

Desenvolvimento dos grêmios estudantis nas escolas de ensino fundamental e médio;

Desenvolvimento de atividades sociais, políticas e educativas nas escolas de ensino fundamental e médio;

Inserção dos estudantes de ensino médio na iniciação científica EM na UFT;

Inserção de estudantes do ensino médio nos cursos de graduação da UFT.

1.5.1 Justificativa

O projeto de extensão: 'Grêmios Estudantis - Do ensino fundamental ao médio: capacitando agentes multiplicadores, é um aprimoramento após avaliação do projeto executado em 2019-2020: "Grêmios Estudantis: Ações para a organização e participação política e a iniciação científica", que nasceram no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP), através de reflexões da realidade social do município de Miracema do Tocantins e entorno, diante das necessidades apresentadas pelos profissionais, acadêmicos/as da graduação e pós-graduação e docentes da UFT pertencentes ao grupo, envolvidos com a rede de atendimento sócio assistencial nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação.

Este projeto é parte integrante do Programa de extensão (ainda não cadastrado): "A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO E ENTORNO", sob a coordenação do Câmpus de Miracema em parceria com as prefeituras municipais da região, na perspectiva de buscar a consolidação da missão da UFT, pautada em seu PDI (2016) através do tripé: ensino, pesquisa e extensão, à fim de efetivar as políticas e direitos sociais da população dos municípios envolvidos diante da articulação dos cursos do Câmpus de Miracema e da gestão das prefeituras municipais de Miracema do Tocantins, Tocantínia, Lajeado, Miranorte e Rio dos Bois.

Considerando a importância de articular a graduação e a pós-graduação através do ensino, pesquisa e

extensão à fim de “[...] proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado [...] (UFT, PDI, 2016), enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Considerando também a missão da UFT (2016) e a sua visão (2016) que envolve formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade, na perspectiva de ser reconhecida nacionalmente por excelência no ensino, na pesquisa e extensão, bem como a promoção dos seguintes valores.

- Respeito à vida e à diversidade
- Transparência
- Comprometimento com a qualidade
- Criatividade e inovação
- Responsabilidade social
- Equidade

Temos também a considerar os grandes pilares estratégicos da Instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016) são:

- Atuação sistêmica
- Articulação com a sociedade
- Aprimoramento da gestão
- Valorização humana

Considerando ainda a Dimensão 5, que versa sobre dimensionar Ações acadêmico-administrativas de extensão, considerando/objetivado, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

E por fim, considerando a ação 3.5.1.10, que versa a estabelecer convênios com municípios e órgãos estaduais para oferta de cursos e atividades de extensão.

Assim, temos a considerar as demandas sociais do município de Miracema e entorno, através das secretarias municipais com ênfase na Educação, Saúde e da Assistência Social, de onde surgiu a expressividade da necessidade emergente do programa e parceria junto a UFT.

E por último, considerando ainda a necessidade de um espaço para vivências e experiências acadêmicas e a implantação na UFT do programa UFT Social, é que propomos este programa para articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, formativa e investigativa do processo de formação profissional, junto com os cursos de Serviço Social, Pedagogia, Educação Física e Psicologia, entendemos que as Políticas Sociais devem ser pensadas de forma que,

A análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. Nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes. É imprescindível analisar aspectos centrais da política econômica como índices de inflação, taxas de juros, taxas de importação/exportação, distribuição do produto interno bruto nos orçamentos das políticas econômica e social, grau de autonomia do Estado na condução da política econômica, acordos assinados com os organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional, grau de acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida, de modo a mostrar seus efeitos sobre a conformação das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 44).

Portanto, não podemos assumir as políticas sociais como solução para estancar as desigualdades sociais, mas, podemos compreendê-las como caminho para o enfrentamento das consequências da “questão social”.

Torna-se preocupante, na atualidade, principalmente no contexto das políticas sociais brasileiras, as fortes “reformas” ou contrarreformas, uma vez que o caminho predileto acaba recaindo sobre a privatização de tudo o que é público. É o chamado Estado Mínimo de defesa dos neoliberais. Desta forma,

[...] a reforma em andamento no Brasil favorece a criação de novos mercados pela privatização de vários setores públicos. É o chamado Estado Mínimo do projeto neoliberal, que avança na contramão dos direitos

sociais. É o desmantelamento de serviços públicos essenciais em favor de interesses privados na saúde, na educação, na previdência e em outras áreas. Mas, a reforma deveria ser, ao contrário, em favor dos direitos sociais. Em favor de uma gestão pública sob controle crescente da sociedade civil. Uma reforma orientada pelo esforço de reversão das inúmeras formas de exclusão social, na construção da cidadania. [...] é preciso lutar pela democratização social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira (SILVA, 1999, p. 69).

As consequências impostas pelo ideário neoliberal, principalmente no que diz respeito a sua implementação na sociedade brasileira, fragiliza os direitos sociais, dificultando a universalização dos mesmos. Concordamos com a autora quando ela fala que,

As consequências da implementação do ideário neoliberal nas sociedades, que como a brasileira, vivem os impasses da consolidação democrática, do frágil enraizamento da cidadania e das dificuldades históricas de sua universalização para a maioria da população, expressam-se pelo acirramento das desigualdades, encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social, aumento da violência, agravamento sem precedentes da crise social que, iniciada nos anos 80, aprofunda-se amplamente na década de 90 (DEGENSZAJN, 2000, p. 60).

Mesmo diante de todas as consequências deste sistema capitalista em curso e dos ideários neoliberais, compartilhamos das palavras da autora, quando ela destaca que,

Além das lutas reivindicatórias de direitos e resistências à exploração, opressão, violência, restrição na prestação de serviços públicos pelo Estado ou em parceria, as organizações da sociedade civil vêm trabalhando na defesa de direitos ao emprego, à terra, à formação profissional e técnica, à educação, a um meio ambiente saudável, além da orientação de reformas constitucionais, elaboração, aperfeiçoamento de dispositivos legais que ampliem, mantenham e possibilitem a ampliação da cidadania social (ARCOVERDE, 1999, p. 84).

A sociedade civil organizada, precisa reagir de forma contundente, a todas as manifestações contrárias à ampliação dos direitos sociais. As autoras enfatizam que as correlações que envolvem as Políticas Sociais,

[...] tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Elas também esclarecem que,

[...] Contudo, levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos os que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais. Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 190).

Portanto, cabe a cada um de nós, sujeitos sociais, comprometidos com o enfrentamento das desigualdades sociais e pautados na luta por um projeto de sociedade sem exploração, sem opressão e com justiça social, lutar e resistir a todas as formas de precarização e fragmentação dos direitos sociais,

das políticas públicas e sociais dentro dos nexos concretos de sua efetivação, a resistência a qualquer violação de direitos deve se pautar em ações articuladas e estratégicas e nunca na fragmentação ou argumentação sem ação.

Diante do exposto, propomos este programa para fortalecer o processo de formação acadêmico, bem como o exercício profissional e buscar a consolidação das políticas sociais na garantia dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros e em especial neste caso dos miracemenses e dos municípios do entorno que são a população específica do mote do PDI institucional afeta ao Campus de Miracema.

Assim, o GEPESSFEP, com o apoio da direção do Câmpus de Miracema da UFT em parceria com as coordenações de curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social Mestrado em Serviço Social e especialização em Serviço Social e Políticas Sociais atendendo a um dos tripés da Universidade: a extensão se aproxima da comunidade através deste projeto com docentes, discentes, técnicos administrativos e em conjunto com os profissionais municipais de Miracema do Tocantins e entorno, e ainda com os gestores da política de Assistência Social e das demais políticas sociais para articular o ensino e a pesquisa, contribuindo com a comunidade e atingindo a sua missão universitária.

Considerando ainda às exigências atuais do mundo do trabalho de um profissional competente e eficiente, diante de um mercado de trabalho excludente e discriminatório, buscamos através deste projeto de extensão, proporcionar aos estudantes de Serviço Social da graduação e pós-graduação o contato direto com a realidade social para intervenções que busquem a efetivação dos direitos sociais e das políticas sociais no âmbito municipal, para ampliação de conhecimentos à fim de que possa fortalecer o repertório cultural e informacional.

Assim, através deste projeto, as/os acadêmicas/os de Serviço Social da graduação e pós-graduação buscam contribuir para que as crianças e os adolescentes e jovens dos municípios em tela possam enfrentar com mais segurança o mundo contemporâneo, valorizando a informação, a criticidade e a participação social e política no contexto local.

A sustentação teórica do trabalho estará pautada nas teorias referentes as políticas sociais, Política de Assistência Social e Educação, bem como nos amparos legais da Constituição Federal, LDB, PNE e ainda a teoria política norteará as reflexões, envolvendo os movimentos sociais, bem como a organização e participação social e política do cidadão. O estudo traz também a importância da iniciação científica para a vida acadêmica à nível de ensino médio, vislumbrando perspectivas de inserção na universidade e que esta seja pública, gratuita, laica e de qualidade.

O projeto de extensão trará aos protagonistas um aprendizado pautado na organização e participação social e política, com foco nas lutas coletivas, na busca de uma sociedade justa, igualitária, democrática e anticapitalista e anticonservadora, no levantamento das necessidades e dificuldades que o adolescente/jovem enfrenta na realidade social dos municípios, proporcionando crescimento e amadurecimento pessoal.

1.5.2 Fundamentação Teórica

O Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP), do curso de Serviço Social do Campus de Miracema, foi criado em 2008, tendo como linhas de pesquisa:

1. Estágio e Supervisão;
2. Trabalho e espaços ocupacionais;
3. Questão Social e Serviço Social.

Este grupo, protagoniza com seus membros e líderes esta proposta de projeto de extensão que tem como sustentação teórica, um estudo bibliográfico pautado em teorias referentes às políticas sociais, Política de Assistência Social e Educação, bem como nos amparos legais da Constituição Federal (1988), LDB e PNE, e ainda a teoria política norteará as reflexões, envolvendo os movimentos sociais, bem como a organização e participação social e política do cidadão. O estudo traz também a importância da iniciação científica para a vida acadêmica à nível de ensino médio, vislumbrando perspectivas de inserção na universidade e que esta seja pública, gratuita, laica e de qualidade.

A UFT destaca-se por ser uma Instituição Pública de Ensino Superior que está entre as mais novas do país, a qual se tornou importante para o Estado do Tocantins, para a Região Norte e para o Brasil. Assim, torna-se relevante apresentar dados históricos da criação do estado e da UFT, contextualizando aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais desta região.

O movimento separatista que reivindicava o desmembramento da parte norte do estado de Goiás teve início na primeira metade do século XVIII, vindo a efetivar-se somente com a Constituição Federal de 1988. O estado do Tocantins passou a pertencer à Região Norte do país, também chamada por Amazônia Legal. É o mais novo estado da federação brasileira e ocupa uma área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da Região Norte do país, limitando-se ao norte com o estado do Maranhão; a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o estado de Goiás; e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à Região Norte, encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única (PDI – UFT, 2017, p.13).

Fonte: IBGE, 2017.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não entropizada (PDI – UFT, 2017, p. 14). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Tocantins é de 0,699, em 2010 (PNUD, 2010).

De acordo com o último resultado do censo (IBGE, 2010) o Brasil possui cerca de 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 8,5% da população. Em relação ao estado do Tocantins esses dados são alarmantes, já que esse percentual atinge 11,8% da população que vive em extrema pobreza, o que equivale a 163 mil pessoas em relação ao total de 1.383.445 habitantes. (PDI-UFT, 2013).

Em relação às etnias indígenas, cumpre-nos informar que no Estado do Tocantins existe uma população estimada de 10 mil indígenas distribuídos em oito etnias e localização, quais sejam: Karajá - Ilha do Bananal e Pium; Xambioá - Ilha do Bananal; Apinajé –Tocantinópolis, Cachoeirinha e Lagoa de São Bento Xerente (povo Akwê) – Tocantínia; Krahô – Goiatins e Itacajá; Krahô-canela – Lagoa da Confusão; Javaé (povo Iny) – Ilha do Bananal, Cristalândia, Formoso do Araguaia, Pium; Pankararú – Gurupi. (Macedo, 2016).

Com a criação do estado do Tocantins a atividade industrial vem crescendo, mas, o percentual de empregos gerados nesse setor ainda é baixo. A economia do estado se situa basicamente no setor primário (agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral). A mão de obra rural ocupa, segundo dados do IBGE, (2010) cerca de 50,64% da PEA (População Economicamente Ativa). Há um percentual de 16,37% de pessoas que são oriundas da zona urbana, mas que trabalham na zona rural para garantir o seu sustento e dispõem de condições precárias em postos de trabalho como diaristas, boias frias e etc. Os empregos gerados no estado se caracterizam, em grande parte, por serem sazonais (de curta duração), fazendo parte do processo ocupacional de construção de estradas, ferrovias e hidrelétricas no contexto das grandes obras, como também em tempos de colheita na monocultura cada vez mais mecanizada, que faz aumentar a superpopulação relativa estagnada e flutuante. Além disso, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), o Tocantins é um dos quatro estados com maior incidência de trabalho análogo à condição de escravidão. Nos últimos dez anos foram libertados 2.808 trabalhadores que se encontravam em condições análogas a de escravidão em setores da pecuária, carvoaria e lavoura em todo o estado. Outro elemento a ser destacado é o desenvolvimento desigual do estado, enquanto a capital – Palmas – possui um IDHM de 0,788, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), a região ao extremo norte do Tocantins, conhecida como “bico do papagaio” possui cidades com índices de desenvolvimento humano considerado baixo, a saber, Carrasco Bonito com IDHM de 0,594 e Riachinho do Tocantins com 0,572.

A criação do estado do Tocantins caracterizou-se por um projeto de ocupação territorial e de desenvolvimento da Região Norte de Goiás. Esse processo foi, como já registrado, marcado por um intenso fluxo migratório ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990. A migração possui estreita relação com a pobreza engendrada no modo de produção capitalista, em suas fases de desenvolvimento. O mercado de trabalho no Tocantins se constitui através de um processo de desenvolvimento desigual, inerente ao capitalismo, em que os novos modelos de produção gestados no bojo dos avanços tecnológicos convivem com padrões retrógrados de organização e relações sociais de trabalho, tanto na zona urbana quanto na

rural.

Essas situações denunciam a miséria dos trabalhadores em contraposição ao crescente desenvolvimento agroindustrial, modelo de desenvolvimento que gera empregos de baixa qualidade e acentua a concentração de renda em uma camada social muito exígua, persistindo e reforçando o abismo social entre ricos e pobres .

Após dois anos de constituição do estado do Tocantins (1988) foi criada a Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo Decreto Estadual nº 252/1990, sendo reestruturada pela Lei Estadual nº 326/1991 e, posteriormente, pelas Leis Estaduais nº 872/1996 e nº 874/1996. Dentre as diretrizes constantes no projeto inicial destacamos a institucionalização do modelo multicampi de universidade: em 1991, a criação dos Campus de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis; em 1992 a criação dos Campus de Araguaína, Colinas, Miracema, Paraíso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi.

Em relação à Universidade Federal do Tocantins (UFT) a sua criação se deu mediante reivindicações da comunidade no sentido de federalizar as estruturas da UNITINS, mantendo parte de sua formação multicampi inicial. Isso ocorreu devido ao fato de que na gestão 1999/2000 a UNITINS passou por alterações que culminaram com a suspensão de seu vestibular e a extinção de cursos de graduação.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003 (PDI – UFT, 2017, p. 19), sendo a terceira universidade pública federal da Região Norte (sendo a primeira no estado do Amazonas e a segunda no estado do Pará), todavia a primeira no estado do Tocantins, instituída pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000. A UFT está distribuída em sete cidades do Tocantins abrangendo geograficamente, norte a sul do estado: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A partir de 2000, o Campus da UFT de Miracema debateu sobre a criação de mais um curso de graduação, pois contava apenas com o curso de pedagogia. Entre os anos de 2005 e 2006 ampliaram-se os debates sobre a criação de novos cursos no contexto nacional de expansão do ensino superior público e privado, levando em consideração o crescimento exponencial da oferta dos cursos à distância. Neste sentido foi criado o curso de Serviço Social como um importante contraponto à modalidade à distância bastante difundida no estado naquela época.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT autoriza a criação do curso de Serviço Social mediante Resolução nº 003/2006, de 26 de maio de 2006 e reconhecido pela Portaria MEC nº 487, de 20 de dezembro de 2011.

Desde sua criação, a UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do estado do Tocantins, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, oferece 64 cursos de graduação, 38 programas de mestrado acadêmico e 6 doutorados reconhecidos pela Capes. (UFT, 2019) Conta com 982 docentes e 18.881 estudantes (PDI-UFT, 2017, p. 22). Tem por objetivo consolidar-se como instituição voltada para a produção e difusão do conhecimento, à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (PDI-UFT, 2017, p. 19).

Segundo o Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT a missão institucional consiste em “[...] formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal”.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) e pós-graduação lato stricto sensu, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social promovendo, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão, a produção e disseminação de conhecimentos, que contribuirão para a transformação do estado do Tocantins, num espaço para todos.

A UFT também está empenhada em proporcionar condições para que seus alunos de graduação e egressos tenham a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e alcançar o sucesso.

Sendo o meio ambiente uma das principais preocupações da sociedade moderna, a Universidade tem apoiado projetos voltados a essa área. Tendo como eixo central a conscientização da sociedade, as atividades giram em torno da educação ambiental e do desenvolvimento de projetos para a difusão tecnológica e treinamento de produtores para a conservação do solo.

Considerando a importância da UFT no contexto local, regional e nacional, e buscando a Universidade cumprir a sua missão, um esforço institucional será realizado para que a Instituição cumpra a sua função de agente transformador, posto que grandes desafios sejam apresentados, como:

- I - melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa;
- II - ampliar as atividades de extensão e cultura;
- III - fixar, ampliar e capacitar os recursos humanos;
- IV - melhorar a infra-estrutura (prédios, laboratórios, bibliotecas e equipamentos);
- V - ampliar os recursos orçamentários e definir a descentralização orçamentária;
- VI - definir a missão de cada um dos campi.

Dentre as prioridades a UFT, tem a “Articulação com a sociedade” que envolve:

- Relações com os principais órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas.
- Preocupação com a equidade social (inclusão social, étnica e de gênero) e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
- Respeito à pluralidade e a diversidade cultural.

Adentrando a realidade do Campus de Miracema foco deste projeto de extensão, enfatizamos um pouco da história da região e de Miracema do Tocantins.

Quando falamos de Miracema do Tocantins, não podemos deixar de falar de Tocantínia e nem de Lajeado são três cidades interligadas historicamente, geograficamente e pelo rio Tocantins que banha as terras dos três municípios ligando uma à outra e suas histórias no decorrer dos anos.

Entretanto cada uma dessas cidades possui suas particularidades, com suas demandas e realidade social diferenciada, mas dividem um espaço geográfico importante no estado do Tocantins estando localizadas no centro do estado, representando uma grande parte da história e da cultura como vamos ver no decorrer deste trabalho.

IBGE: Cidades da região central do Tocantins

Os três municípios Miracema do Tocantins, Lajeado e Tocantínia têm uma parcela significativa de moradores na zona rural como traz a tabela a seguir com o censo do IBGE DE 2010 sendo os dados mais atuais que temos sobre os índices populacionais dos municípios brasileiros. Na tabela também consta dados de estimativa populacional para o ano de 2016 apresentados pelo mesmo censo de 2010.

TABELA DE ÍNDICE POPULACIONAL URBANO E RURAL DOS MUNICÍPIOS Estimativa populacional

Municípios
 População Urbana
 População
 Rural
 Total
 Populacional
 Em 2016.

Miracema do Tocantins

18.888=87%
 1.796=13%
 20.684= 100%
 19.340 Habitantes

Lajeado

2.166 = 78%
 607 = 22%
 2.773 = 100%
 3.059 Habitantes

Tocantínia

2.955 = 45 %
 3.643 = 55%

6.598 = 100%
7.387 Habitantes

Fonte: Censo do IBGE 2010, índice populacional urbano e rural dos municípios.
Elaboração própria. CURCINO, 2017.

Lajeado vem logo em seguida com um número da população bem pequeno total e apenas 22% da população reside na zona rural e seu crescimento para os anos posteriores também não é elevado, Lajeado possui sua particularidade tem em sua região demográfica a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ou Usina Hidrelétrica de Lajeado, sendo no leito do Rio Tocantins que curiosamente banha os territórios dos três municípios citados na pesquisa, e também impactados pela sua construção.

Podemos também observar na tabela acima que o município de Tocantínia possui o índice da população rural de 55%, índice maior que o urbano que é de 45%. No entanto possui um motivo relevante para esse contexto populacional diferenciado. O município de Tocantínia-To possui 6.598 habitantes sendo 3.017 indígenas residentes em 83 aldeias diferentes com gerações inteiras e clãs da etnia Xerente, 4 assentamentos e 2 povoados ligados ao município e possui apenas um CRAS de referência para todo esse montante populacional .

Em 25 de novembro de 1.920 foi criado o Distrito de Lajeado pela Lei Municipal nº 2, contudo foi instalado em 12 de novembro de 1.934, passando a denominar-se Bela Vista, em razão da sede já ser de fato nesta localidade, por conveniência administrativa. Grande progresso veio a ter a então Vila de Miracema, com a descoberta do garimpo de Piaus (atual Pium).

O progresso ocorreu para que seus habitantes alimentassem a ideia de emancipação político - administrativa. Em 1º de janeiro de 1.949 foi solenemente instalado o Município de Miracema do Tocantins. Com o advento da Rodovia BR - 14, hoje BR- 153, ocorrido em 1.958, a cidade foi transformada durante certo período, num verdadeiro entreposto comercial para a região norte do Estado e Estado do Maranhão, por ser ponto terminal da navegação fluvial no médio do Tocantins.

No dia 07.12.88, foi anunciada a escolha da Capital Provisória do Estado do Tocantins que recaiu sob a cidade de Miracema do Norte, por decisão consensual do Presidente da República, Sr. José Sarney e do Governador eleito, Siqueira Campos.

A Capital Provisória permaneceu naquela cidade de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1.989.

A Cidade de Miracema do Tocantins, portanto, é a Primeira Capital do Estado, localizada a 80 Km de Palmas e com cerca de 20 mil habitantes, com uma área territorial de 2.656.090 km², o município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena.

A população da cidade de Miracema -TO de acordo com o IBGE (2017), a população estimada é de 19.055 mil habitantes e a do censo de 2010 é de 20684 mil habitantes. De acordo com os dados do censo de 2010, o IDH do município é 0,684, e com relação à escolarização 97,1% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão inseridos na escola. Sobre a mortalidade infantil, os dados de 2014 apresentam que o município possui 16, 45% óbitos por 1.000 nascidos vivos.

Tocantínia tem sua história ligada diretamente com a catequização da população indígena, pois o local concentrava as aldeias da etnia Xerente. O Padre Frei Antônio de Ganges, que chegou no local por volta de 1860, com o objetivo de trabalhar e catequizar os índios Xerentes, permanecendo por aqui durante 40 anos.

O primeiro nome dado a cidade foi Tereza Cristina, em homenagem a então Imperatriz do Brasil, esposa de D. Pedro II, sendo mais tarde substituído por Piabanha, devido à existência de um ribeirão com este nome. Somente em 1936, recebeu o nome de Tocantínia por iniciativa do Deputado João de Abreu, motivado pelo Rio Tocantins. No entanto, só veio a ser emancipada em 07 de outubro de 1953, rompendo definitivamente sua ligação com o município de Pedro Afonso, conquistando assim sua autonomia política. A cidade já foi referência em educação no estado, possuem dois colégios de importância histórica, ambos com grande reconhecimento no estado, trata-se do Colégio Batista de Tocantínia fundado em 1936 e o Colégio Frei Antônio fundado em 1957. Destes, apenas o Colégio Batista conserva sua arquitetura no estilo colonial.

Tocantínia se tornou um ponto de referência para a cultura indígena, tendo em suas manifestações culturais participação ativa da população Xerente, possui mais de 83 aldeias no seu território, sendo todas

da etnia xerente, já possui muitos mestiços, pois as misturas de raças são visíveis no município, e a ocupação de cargos importantes por representantes da comunidade xerente também é visível, tendo 5 vereadores eleitos e em apressados para o mandato de 2017 a 2020. Esta representação ainda é fragilizada ainda não atinge os objetivos esperados, mas já é um avanço aos anos anteriores.

Os primeiros habitantes do município de Miracema do Tocantins foram os índios Xerentes, permanecendo por pouco tempo, devido às doenças que eles encontraram no local, pois no início o local era visto apenas pela abundante caça e fertilidade da terra.

Só a partir de 1920 que passa a ser um distrito de Lajeado, mas só foi instalado em 1934, passando a se chamar de Bela Vista que hoje é Miracema do Tocantins, com o investimento realizado na produção de cana de açúcar, inicia-se o desenvolvimento do local, criando comércios que começaram a competir com os da Vila da Piabanha na época que agora se chama Tocantínia.

Com o aumento da produção veio a ter a Vila de Miracema, até então distrito de Araguacema (ex- Santa Maria do Araguaia), sendo utilizada como ponto de comércio dos garimpos da região, com muita luta dos habitantes o distrito Xerente nome dado pelo decreto-Lei nº 8.305 de 31/12/1943 foi desmembrado em Miracema, nome dado pela Lei nº120 de 25/08/1948 tendo a terminação como Miracema do Norte.

O município foi criado em 25 de agosto de 1948, e em 1º de janeiro de 1949 foi solenemente instalado o município de Miracema do Norte hoje denominada Miracema do Tocantins. Vale ressaltar que em 1989 foi capital provisória do estado acarretando um grande crescimento econômico e estrutural do município na época. O município também tem em seu território área de assentamentos sendo assim relevante o estudo apresentado para melhorar o atendimento a essa população.

A gênese da política social no capitalismo monopolista coloca a condição de sua funcionalidade para com as requisições do monopólio. O que queremos dizer é que a função essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista consiste na preservação e no controle da força de trabalho. No entanto, é bom deixar claro que esse processo é repleto de contradições, ou seja, a funcionalidade da política social sob a vigência do capitalismo monopolista é uma possibilidade, mas a sua concretização é variável, dependendo da correlação de forças políticas no interior da sociedade.

No que se refere ao conteúdo ideológico das políticas educacionais, é importante ressaltar que, elas buscam oferecer ao capital monopolista os recursos humanos necessários ao processo de reprodução do capital. Ou seja, existe uma funcionalidade entre a política educacional e o processo de valorização do capital que se manifesta, inclusive, a partir do perfil profissional do trabalhador demandado pelo capital, com vistas à sua reprodução, utilizando a teoria do capital humano.

Conforme nos aponta FRIGOTTO (1995, p.41), a gênese dessa teoria é fruto do resultado da pesquisa desenvolvida principalmente por Theodore Schultz nos Estados Unidos da América, na década de 50, que tinha como objetivo descobrir o fator que determina a diferença entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos países. Constatou-se que o fator educação é a chave dessa diferenciação através do argumento de que propicia a potencialização da capacidade produtiva dos indivíduos e países, portanto, determinante para a mobilidade individual e o desenvolvimento das nações. A propagação da teoria do capital humano, como remédio para todos os males da desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos, foi rapidamente incorporada pelos países latino-americanos e de Terceiro Mundo, através dos organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, UNICEF) e regionais (CEPAL, CINTERFOR), que representam, predominantemente, a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital.

No Brasil, essa “teoria” é introjetada ao plano das teorias do desenvolvimento e da equalização, no contexto do milagre econômico, estendendo-se para as décadas posteriores, pois toda política educacional desenhada especialmente após a segunda metade da década de 60 tem nos seus postulados o suporte básico. Ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, cujo escopo é a exacerbação da concentração da renda e a centralização do capital, toma-se a democratização do acesso à escola – particularmente à universidade – como instrumento básico de mobilidade, equalização e “justiça social”. Produz-se, então, a crença de que o progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige uma qualificação cada vez mais apurada. De outra parte, enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano via escolarização e acesso aos graus mais elevados de ensino se constitui em garantia de ascensão a um trabalho qualificado e, conseqüentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados (FRIGOTTO, 2001, p. 27). Nesse sentido, a teoria do capital humano subjacente à

necessidade de reprodução do capital esconde, sob a aparência de elaboração técnica, sua função principal: – ideológica e política. (Lopes, 2006, p26-28)

Assim, a educação é entendida por alguns intelectuais como um bem público, garantida pela Constituição Federal de 1988 e principal vetor de inclusão social. Por isso, a política de ensino superior objetiva o fortalecimento do setor público, apontando para um equilíbrio entre matrículas em instituições públicas e privadas, em meio a uma crescente interiorização, que evidencia uma demanda alta e bem distribuída.

A Educação é considerada relevante, cabendo ao Estado a prioridade do ensino fundamental. Nesse cenário, predominantemente marcado pelas ideias liberais, o ensino superior tem uma dinâmica voltada para o capital privado. Em boa parte, essa situação pode ser creditada a liderança das IES privadas no que diz respeito a oferta de educação a distância.

Paulo Netto (1992, p.34), ao desvendar a relação entre o público e o privado na sociedade burguesa madura e consolidada, chama a atenção para o fato de que a área fronteira entre ambos não é produto de “[...] uma conspiração político-ideológica dos segmentos burgueses que instrumentalizam o Estado”. Para ele, “[...] esta inserção responde à própria dialética do processo social [...]”, que se expressa através da “[...] captura dos espaços privados pela lógica específica do capitalismo monopolista, dos componentes de legitimação da ordem burguesa e da recuperação de um patrimônio teórico-cultural [...]”, apto a consagrar a complementaridade entre o público e o privado no plano da representação ideal. Corroborando Paulo Netto, para Frigotto (2001, p.102), “[...] o Estado liberal ou o Estado intervencionista não são ‘escolhas’, mas a própria forma do modo de produção capitalista gerir as crises que lhe são orgânicas”. Assim, para este autor, “[...] o imperialismo não é uma questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”.

Em outras palavras, a organicidade do capital é regida pelas suas leis imanentes, quais sejam acumulação, concentração e centralização, como expressão de um movimento de autovalorização do capital; de forma contraditória e concomitante, esse movimento engendra um processo de exclusão e, por esse caminho, vai construindo historicamente as bases dos seus próprios limites. (FRIGOTTO, op. cit., p. 85). Nos meandros existentes na contradição capital/trabalho pode ser localizado o papel das políticas sociais no capitalismo, uma vez que o modo de produção capitalista gera necessariamente a contradição que resulta da relação entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado). (LOPES, 2006, p.29-30).

É importante destacar que a crise e a reestruturação do Estado e da educação superior são fenômenos que extrapolam o espaço geográfico brasileiro - trata-se de uma realidade presente e comum à maioria dos países. Pois dependem dos fenômenos que acompanham as transformações da base econômica: os países da América Latina, os do Primeiro Mundo, especialmente da Europa Ocidental, onde a transição para o fordismo iniciou-se, com maior intensidade do que nos demais países, já nos anos 60 e 70, com ênfase nos anos 80. Nessa década, como resultado da “crise da dívida” dos países latino-americanos aliada à crise da hegemonia norte-americana, instituições como o Banco Mundial foram revitalizadas, para atuar como governo mundial, definindo as políticas a serem adotadas pelos países em desenvolvimento. Assim, na década de 1990, a educação passa a ocupar o rol das políticas prioritárias, extrapolando a esfera das políticas sociais, para assumir o lugar de pressuposto e tema fundamental para o Banco Mundial centrado no “alívio da pobreza” (LEHER, 1998).

O entendimento acerca da reforma do Estado é importante para compreender as ações do governo FHC em torno da legislação educacional implementada no País. Tal reforma constitui o centro nevrálgico das ações privatistas também na educação e é a partir dela que se abre a possibilidade de agir “por fora” da Constituição Federal de 1988, através de leis, decretos, portarias, entre outros instrumentos de privatização, para realizar o deslocamento da fronteira entre o público e o privado, antes mesmo da mutilação da Carta Magna.(LOPES, 2006, p.58).

Nesse sentido, inferimos que durante a vigência do Governo FHC, o Estado neoliberal/gerencial deixa de ser responsável pela execução das políticas sociais, assumindo o papel de regulador e fomentador e transferindo suas tarefas para a sociedade civil .

As reformas preconizadas por esse governo foram no sentido de privatizar os bens públicos patrimoniais, quanto os direitos sociais, a partir do fundamento ideológico da crítica ao Estado, visto como ineficiente e burocrático, sendo, portanto, necessária a sua reformulação para reduzir e limitar suas funções como produtor de bens e serviços e transformá-las no sentido do financiamento das organizações públicas não-estatais. (op.cit.62).

Como nos indica Boschetti (2015), no contexto de mundialização do capital presente em todas as áreas, desde a década de 1990 e sujeição dos países às recomendações de organismos internacionais: Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário. A partir de 2000, as tendências de mercantilização do ensino superior ganham fôlego com a aprovação do Protocolo de Bolonha. As repercussões para o ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade são devastadoras, que resumidamente podem ser elencadas nas diversas faces:

- Face acadêmica: mais do que ampliar a socialização do conhecimento, tem provocado a estandardização/padronização como elemento para integração dos jovens no mercado de trabalho, com alinhamento da formação por baixo, focada na aprendizagem e competências, bem como currículos mais curtos e flexíveis.

- Face econômica: ao invés de fortalecer o histórico papel da universidade na produção autônoma do conhecimento, se dobra às recomendações dos organismos internacionais, e sob o discurso de modernização, desburocratização e superação de uma “universidade arcaica” vem sustentando a mercantilização, o economicismo, a “empresarialização”, o gerencialismo e a subordinação ao mercado e ao sistema produtivo.

- Face política-cultural: cria uma cultura de uma nova concepção de universidade, de um novo “modelo” de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação: uma boa universidade deve ser barata (menos tempo, menos custos), rápida (fast universidade) que se faz o mesmo em menos tempo, padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), financiamento auto-sustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para a docência e/ou pesquisa acadêmica e para as demandas do mercado).

Essas três faces tiveram rebatimento no Brasil, como visto anteriormente na década de 1990, com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1997 e com a inserção do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009 parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações. Em outras palavras, as mudanças em curso desde 1996, algumas indicadas na LDB, foram intensificadas com a proposta de “reforma universitária” nos dois Governos de FHC, seguidas pelas dos governos Lula da Silva e Dilma Rouseff. (Idem, 2015, p. 644-645)

5.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Vivemos um período de expansão desmesurada de cursos de graduação presenciais e à distância, o que coloca em risco a formação de qualidade e a necessária preparação do profissional para exercício do trabalho com competência ética, teórica e política – Tendências destrutivas das reformas neoliberais, materializadas na reforma universitária, proliferação acelerada e desordenada de cursos presenciais e a distância: estímulo ao setor privado em detrimento do setor público.

Sabe-se que a política de ensino superior brasileiro passou por profundas reformas nos últimos anos e que foram consubstanciadas na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394, de 20/12/1996), trazendo no bojo de sua regulamentação uma radical alteração na educação brasileira, envolvendo fortemente o ensino superior. “Uma das primeiras tarefas das universidades, na vigência da nova lei, é a definição das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, em substituição aos antigos currículos mínimos.” (WANDERLEY, 1998, p. 15)

Paulo Netto (2000, p. 29) aponta claramente alguns traços que expressam a política de ensino superior brasileiro, que pode ser compartilhada através do seu pensamento:

[...] favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária; a supressão de autonomia docente, são os traços fundamentais que resultam, como um pacto para o ensino superior, desse duplo e umbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado.

Na mesma esteira (Lima, 2007, apud Pereira, 2008), ressalta que o discurso governamental de Lula norteia-se pela defesa da expansão da educação superior, ou seja, a democratização do acesso a esse nível de ensino, utilizando-se dos seguintes meios: participação do setor privado presencial, por meio de

ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI); participação do setor privado de ensino à distância (EAD); ampla reestruturação do sistema público federal de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), reforço, na universidade pública, da lógica de mercantilização, por meio de parcerias público-privado. O grande desafio diante das exigências contemporâneas é formar profissionais capacitados para atuarem com competência e, para isto, afirma-se que:

[...] o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade” (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Competência, segundo a mesma autora (1998, p.80), deve ser:

[...] uma competência crítica, capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las, supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência teórica e ético-política que subordine o ‘como fazer’ ao ‘o que fazer’ e, este, ao ‘dever ser’, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

De acordo com as contribuições dos autores citados, percebe-se que é exigida hoje uma formação universitária/profissional sólida, que possa propiciar aos profissionais subsídios teóricos, éticos, políticos, técnicos e práticos, que possibilitem o enfrentamento dos desafios dos novos tempos, dentre os quais se destacam igualdade de oportunidades na educação e maior qualidade no ensino, com vistas à efetivação da cidadania.

Levantar alternativas e possibilidades de “resistência” frente à política educacional vigente no cotidiano das instituições de ensino superior objetivando uma educação igualitária e de qualidade constitui-se num dos desafios atuais.

O sentido de educação para todos, em benefício das pessoas, na busca do desenvolvimento social e econômico, deve ser conquistado de forma conjunta, envolvendo especialmente as categorias profissionais, tendo em vista um projeto de profissão e de sociedade que altere a realidade, buscando alternativas justas e igualitárias, pois a educação é fundamental na formação de profissionais no mundo contemporâneo.

Para avançar na questão da educação, compartilha-se do pensamento de Wanderley, de que a educação deve, (2000, apud Albiero, 2001, p. 150):

[...] formar indivíduos maduros, cidadãos responsáveis e sujeitos não domesticados, num clima de liberdade e de construção democrática, que deve suscitar e potencializar nos professores e estudantes, nos tempos de hoje, alguns pontos essenciais, como o oferecimento de ensino de qualidade; a revisão de paradigmas, modelos, teorias e métodos; produção de conhecimentos que capacitem os educandos a serem pessoas competentes, democráticas, éticas e solidárias no convívio social e no combate à pobreza e à desigualdade; potencialização de experiências alternativas; revitalização da educação popular; articulação da escola com os meios de comunicação; estímulo à autonomia e à flexibilidade nos modos de pensar e agir, bem como a ampliação da participação...

Assim, educação pode e deve ser um canal de construção conjunta de mudanças, de forma ética e competente.

Nesse sentido, o ensino superior, na atualidade:

[...] deve se adaptar para enfrentar as suas finalidades, que se tornam múltiplas. Dentre tais finalidades, ressaltam-se: a formação inicial, mas também a formação contínua durante toda a vida; a pesquisa científica e técnica, mas também a valorização econômica de seus resultados; a difusão da cultura e da informação científica e técnica, dentro, inclusive, da cooperação internacional. Essas múltiplas finalidades se exercem num contexto novo, caracterizado pela democratização e renovação dos saberes, pela revolução tecnológica, pelas mudanças do mundo do trabalho, pela necessária abertura da universidade

para o mundo econômico e o emprego. (MARTINS, 2002, p. 160)

Percebe-se, desta forma, que no cenário atual as instituições de ensino superior também estão afetadas pela crise contemporânea, pois enfrentam uma realidade que traz incertezas, inseguranças, bem como indagações que abrangem o sistema de produção, o mercado, o consumo, as determinações e os avanços tecnológicos.

Outra questão importante apresentada por Martins (2002, p. 166), diz respeito à visão universal do ensino superior, que busca:

[...] a equidade com o princípio do mérito, que se refere não somente aos estudantes, mas a todo pessoal acadêmico sem distinção de sexo, religião, origem geográfica, social ou étnica, filiação partidária, ter ou não recursos financeiros, ou qualquer outro fator de discriminação. O sentido da universalidade do ensino superior está na educação para todos, em todos os momentos da vida, exigindo que este ensino esteja a serviço das pessoas, utilizando plenamente o potencial das novas tecnologias. A visão de uma formação de longo prazo e não somente com vistas ao mercado de trabalho, leva a universidade a considerar o desenvolvimento pessoal e a contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento social e econômico do país.

Compartilha-se ainda do pensamento de Martins (2002, p.166), que afirma que a universidade tem como papel “colocar as suas atividades a serviço do que é justo, em conformidade com os direitos universais fundamentais presentes nos direitos do ser humano e de respeito à natureza. O ‘nós’ deve prevalecer sobre o ‘eu’, de maneira que a ciência e a tecnologia sejam colocadas a serviço da humanidade”.

De acordo com Bordieu (1998, p.41) “[...] vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais”.

Partindo-se para a realidade brasileira, a educação, de um modo geral, e em especial o ‘ensino superior’, estão pautados na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394, de 20/12/1996), da qual destacamos, em nota de rodapé, seus pressupostos (artigo 3º), e às finalidades da Educação Superior, por serem importantes para as nossas reflexões.

Seguindo as mudanças que ocorreram na Política Educacional Superior, destacamos o Plano Nacional de Educação- PNE/2014, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência para 10 (anos), destacando o Art. 2º, onde as diretrizes balizadoras tem como objetivo ampliar e melhorar a qualidade do ensino no Brasil nos próximos 10 anos, a saber:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 1).

As 10 (dez) diretrizes que fundamentam o PNE/2014, citadas acima, têm uma amplitude significativa de melhoria do ensino, de valorização dos profissionais da educação, que visa à erradicação do analfabetismo da nossa população, pautadas pela promoção do respeito às diversidades, à ética, à cidadania. Enfim, pelas diretrizes, muito se poderia avançar no sentido de uma educação pública de qualidade. Como Ressalta (Lima, 2017, p.66):

[...] tudo isso depende dos nossos gestores, sejam eles mais democráticos no quesito diálogo e aceitação da participação popular ou conservadores que não aceitam a opinião e não reconhecem o diálogo como

uma ferramenta essencial. Na visão deste tipo de governo, o que prevalece é o que eles próprios formulam e dizem: façam e obedeça, a exemplo do governo ilegítimo de Michel Temer que não escuta o clamor das ruas, não dialoga com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais.

Vale salientar que no PNE/2014 constam metas que visam diminuir as lacunas na educação. Tais metas são caminhos e estratégias possíveis que podem contribuir para nortear a Educação Pública no País. De acordo com o documento produzido em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e contribuições da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) , “Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais (BRASIL, 2014, apud Lima, p. 66)

Em tempos hodiernos vivenciamos, o neoconservadorismo com o aprofundamento nos cortes dos direitos sociais, àflexibilização do trabalho, via reforma trabalhista e a ânsia pela privatização do patrimônio público, no “retorno” do trabalho escravo, fruto de uma política de ajuste fiscal que afeta diretamente os trabalhadores e privilegia o grande capital, legitimados pelo Supremo Tribunal Federal, Legislativo e Executivo – do ilegítimo governo de Michel Temer. A legitimação da corrupção como algo natural é escancarada pelos três poderes da União.

Ao longo da história da Educação superior brasileira, observamos que o papel da educação, das escolas, das universidades, está pautado especialmente no preparo das pessoas para o mercado de trabalho, diferentemente do que defende Mészáros (2008), que almeja uma educação voltada para a vida, e não necessariamente para suprir as demandas exigidas pelo mercado de trabalho, via a lógica capitalista.

Nesse sentido, o compromisso da sociedade consiste em demandar uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, embora sabendo que não é uma tarefa fácil, tendo em vista o avanço da privatização/terceirização da Educação Pública, anseios que estão explícitos pelo Estado e pelos grandes empresários educacionais.

Reverter este cenário não é tarefa simples, pois depende das correlações de forças e que no modo de produção capitalista estão cada vez mais competitivas e excludentes. Em outras palavras, a Educação Superior se transformou num espaço rentável e pelos empresários desta área, vista como mercadoria e não direito social. Lima (2018, p.54) nos alerta para:

[...] a defesa desta política pública, primeiro porque é um direito constitucional, segundo, porque acreditamos numa educação capaz de transformar a realidade social da classe trabalhadora e que infelizmente, ela ainda mantém a duras penas o capitalismo que exclui, mata, discrimina e que deixa milhares na linha da pobreza e no analfabetismo mundo a fora.

Neste cenário em que agoniza o ensino superior, precisamos atentar ao projeto pedagógico das escolas, universidades, institutos federais e demais espaços educacionais estão ensinando. Perguntamos: será que a formação profissional nestes espaços vai além do senso comum, da lógica de mercado, do tecnicismo, da instrumentalização? Cabe-nos refletirmos sobre esta possibilidade, através de uma perspectiva crítica. Desta forma é significativo ultrapassar a formação acrítica:

[...] Ao transmitir conteúdos, velhos ou novos, reagrupando-os de modos diferentes, usando novas tecnologias que interessem e prendem a atenção dos alunos, mas sem interrogar seu significado, sem que os alunos os compreendam e sejam capazes de trabalhar com eles e recriá-los, não se vai além do já pensado, estabelecido, aceito, cristalizado e instituído (COÊLHO, 2012 apud LIMA, 2018 p.54)

É imprescindível proporcionar aos estudantes uma formação que os instiguem a refletir, a problematizar, a questionar, a despertar o espírito crítico. Isto é, não se contentar com a transmissão de informações e conteúdos como algo pronto e acabado, como sendo uma verdade absoluta. Pois deste modo, reforçaríamos o que Leão (1999) denomina de Ensino Tradicional:

O ensino tradicional pretende transmitir os conhecimentos, isto é, os conteúdos a serem ensinados por esse paradigma seriam previamente compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da

humanidade. Dessa forma, é o professor que domina os conteúdos logicamente organizados e estruturados para serem transmitidos aos alunos (LEÃO, 1999, p. 191 apud LIMA, 2018, p. 54).

Como nos assevera (LIMA, op.cit.55) “[...] acreditamos e defendemos que a educação não se efetiva somente dentro das unidades formadoras ela ultrapassa os seus muros”.

Neste sentido, pensar em educação é pensar num horizonte de possibilidades para enfrentarmos as desigualdades sociais, as expressões e manifestações da “questão social”, que ao longo do desenvolvimento do capitalismo, se complexificou e trouxe à sociedade, inúmeros problemas de ordem social, econômica e política. (LIMA, 2018)

Portanto, para que o direito de acesso à educação superior com garantia de permanência até o final do curso e com perspectivas de uma melhoria de vida, seja assegurado, necessita-se de mais e melhores universidades públicas. Por esse motivo, torna-se imprescindível a luta por um ensino superior gratuito, com qualidade e acessível a todos, que esteja de acordo com as exigências contemporâneas, mas que respeite as particularidades de cada IES.

A “Reforma Universitária” é um assunto atual e bastante polêmico na conjuntura atual. Não pretendemos entrar no grande debate nacional, em curso, apenas pontuar os pontos centrais, pela sua importância no contexto geral da educação superior.

Assim, inferimos que a própria LDB, ressalta a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior. No entanto, observamos entre outros aspectos, a obrigatoriedade do Poder Público de desenvolver programas de Educação a Distância (EaD), nos diversos níveis de ensino devido a necessidade do mercado em obter profissionais graduados em diversas profissões o mais depressa possível.

Deste modo, podemos observar o sucateamento do ensino superior brasileiro, mediante a lógica privatista e de desarticulação da relação entre ensino, pesquisa e extensão baseada no modelo de ensino semipresencial (EaD), o qual tem gestado profissionais cada vez mais voltados para a lógica mercantil, estando “despreparados/as” para atuação frente às demandas sociais de maneira eficaz e resolutiva (LEITE, 2015).

A reforma universitária brasileira seguiu em uma perspectiva meramente mercantil voltada para os interesses do capital, propiciando um ensino de má qualidade devido o aumento “[...] de instituições privadas que não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão fora dos interesses do mercado” (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 34), sendo visível o crescimento de Instituições de Ensino Superior à distância e semipresenciais, bem como, um grande aumento dos financiamentos em longo prazo no ensino através dos Programas de Financiamentos de Estudos (FIES).

Fazendo uma análise crítica acerca do FIES em nosso país nos últimos anos, observamos que “[...] o Governo Federal vem transferindo aos poucos a responsabilidade da Educação Superior para as Instituições de Ensino da rede privada” (LEITE, 2015, p. 65), incentivando e financiando os estudos nesta lógica buscando reafirmá-la como ideal em nosso país, ao tempo que dificulta o acesso às Universidades Públicas Federais mediante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o qual propicia uma concorrência desleal entre os estudantes que concorrem à mesma vaga, mas com arcabouço teórico desigual, haja vista a precarização do ensino na educação básica em determinados territórios de nosso país.

Neste contexto, podemos observar que o “[...] amplo processo regressivo, redefiniram-se as funções do Estado, retirando as políticas sociais públicas da esfera a qual estas pertencem genuinamente, para serem entregues aos negócios privados [...]” (BEHRING, 2003 apud KOIKE, 2009, p. 5), reafirmando assim, o já mencionado sucateamento da educação superior brasileira.

No discurso do governo brasileiro, a expansão das Universidades Federais vem ocorrendo mediante criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) e da Universidade para Todos (PROUNI), que tem propiciado o crescente número de ingressantes nas Universidades Federais, ficando evidente em todo o país, principalmente no interior, a tão sonhada Expansão Universitária. Porém, “[...] cabe aqui esclarecermos que numa lógica meramente mercantil, podemos observar que houve nos últimos anos certa expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) na rede pública no Brasil [...]” (LEITE, 2015, p. 65), entretanto, mediante políticas e programas que não propiciam a qualidade da formação superior, objetivando somente atender as exigências e prazos do mercado e ainda, cumprimento dos acordos e metas do Governo

Federal.

Deste modo, “[...] a Expansão Universitária vem ocorrendo em nosso país de forma unilateral, atendendo em sua maior parte os anseios do capital e do projeto neoliberal que impõe uma análise quantitativa e despreza a qualidade do Ensino Superior” (LEITE, 2015, p. 67).

Chauí (2001, p.189), chama atenção para o que denomina de universidade operacional, que reflete características contidas na reforma do Estado, pois:

[...] transforma a educação de direito em serviço e percebe a universidade como prestadora de serviços, confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz o vocabulário neoliberal para pensar o trabalho universitário como transparece no uso de expressões como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (CHAUÍ, 2001, p.182).

Alerta, assim, para uma visão de universidade voltada a si mesma, privilegiando sua estrutura de gestão, numa lógica da produtividade, eficácia e flexibilidade, desviando o foco de seu papel principal que é o ensino, pesquisa e extensão.

O grande desafio diante das exigências contemporâneas para o Serviço Social é formar profissionais capacitados para atuarem com competência e, para isto, afirma-se que:

[...] o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade” (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Competência, segundo a mesma autora (1998, p.80), deve ser:

[...] uma competência crítica, capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las, supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência teórica e ético-política que subordine o ‘como fazer’ ao ‘o que fazer’ e, este, ao ‘dever ser’, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

De acordo com as contribuições dos autores citados, percebe-se que é exigida hoje uma formação universitária/profissional sólida, que possa propiciar aos profissionais subsídios teóricos, éticos, políticos, técnicos e práticos, que possibilitem o enfrentamento dos desafios dos novos tempos, dentre os quais se destacam igualdade de oportunidades na educação e maior qualidade no ensino, com vistas à efetivação da cidadania.

Portanto, para que o direito de acesso à educação superior com garantia de permanência até o final do curso e com perspectivas de uma melhoria de vida, seja assegurado, necessita-se de mais e melhores universidades públicas. Por esse motivo, torna-se imprescindível a luta por um ensino superior gratuito, com qualidade e acessível a todos, que esteja de acordo com as exigências contemporâneas, mas que respeite as particularidades de cada IES.

Assim, pode-se perceber que a universidade é um espaço de contradições, contestações, conflitos, lutas, mediações e crise, pois a intenção de resistência, bem como os seus efeitos, emanam dos protagonistas deste cenário, ou seja, dirigentes, professores, estudantes e técnico-administrativos, em suas relações cotidianas. Portanto, ações significativas podem ser desenvolvidas para uma educação de qualidade e com mais igualdade.

Este desafio deve ser enfrentado em conjunto com a formação e o exercício profissional, pois “[...] ao formar assistentes sociais a graduação, esteja lançando no mercado um profissional que efetivamente se posicione na defesa da democracia, da liberdade e da emancipação humana” (COUTO, 2004, p. 49).

Para os cursos de Serviço Social, além da reforma universitária, mesmo que ineficiente, considerando o rumo meramente mercantil a qual tomou, necessitava-se de arcabouço jurídico que garantisse uma formação profissional de qualidade, algo que norteasse a gestão de novos assistentes sociais propositivos e atentos às novas exigências das demandas sociais.

5.2 O processo sócio-histórico da organização e participação social

Iniciamos esta discussão refletindo sobre o conceito amplo de participação, que segundo Souza (1987, p. 79) “ é processo existencial concreto, se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população”.

Assim, entende-se que a participação é um processo e envolve a questão de democracia, pois “ ...a democracia é, além de um processo social, no qual a participação de cidadãos passa a ser o parâmetro para definir o grau de realização da prática democrática”.(SILVA et CUNHA, 2010, p. 134)

Ao analisarmos atualmente, para que haja a participação social de forma democrática é necessário “...espaços permanentes, legítimos e reconhecidos pelo governo e pelas organizações sociais, como espaços de participação...” (SILVA et CUNHA, 2010, p. 134), a fim de que possa ter uma representação social significativa, transparente e concreta.

Fazendo um percurso na história a fim de entendermos o processo de participação social no Brasil, pode-se afirmar que a participação social é prevista explicitamente na Constituição Federal de 1988 , ganhando visibilidade e força nos processos participativos de cunho popular, pois a sociedade civil conquista seu espaço junto aos conselhos.

Segundo Guimarães (2009) o povo brasileiro vive atualmente o segundo grande momento de mobilização, que teve início em 1970, com a resistência ao regime militar e perdura até os dias de hoje. O primeiro teve início nos anos 50 e foi interrompido em 1964 de forma brutal pelo regime militar.

O tema que vigorava “...no conjunto das organizações do movimento popular era a constituição da nação e a defesa de seus interesses frente aos interesses imperialistas, contrários à idéia de soberania”. (GUIMARÃES, 2009, p. 14).

No primeiro momento de mobilização surgiram os primeiros movimentos organizativos com a formação das Ligas Camponesas e da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), bem como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores que funcionava como uma Central Sindical dos Trabalhadores. Foi em 1950 e 1960 que surge o “movimento estudantil” através da UNE (União Nacional dos Estudantes), bem como outros fatos importantes da época que foram interrompidos, mas que vieram a alimentar os movimentos mobilizatórios e participativos através dos movimentos sociais, com a idéia de democracia e cidadania ativa. (GUIMARÃES, 2009)

Nos meados dos anos 70 é que surge a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e também a CUT (Central Única dos Trabalhadores), herdeiros dos primeiros movimentos sociais citados anteriormente. Nessa época forma-se a também a Teologia da Libertação com herança do clero progressista brasileiro. Houve ainda uma expansão da identidade feminina e feminista iniciada nos meados dos anos 1950. As marcas desta expansão estiveram registradas pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, da escolarização, da liberdade sexual que vão reivindicar os seus direitos refletindo numa nova maturação democrática. Nesse período forma no Brasil o movimento gay e a luta pela igualdade de direitos pela livre opção sexual. A partir desses movimentos sociais registram-se experiências inovadoras do orçamento participativo e ampliação dos movimentos sociais diante de uma agenda internacional, através de experiências do Fórum Social Mundial. (GUIMARÃES, 2009)

Esses movimentos sociais marcam profundamente a história do Brasil e demarcam a participação social dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

As marcas podem ser traduzidas pela seguinte reflexão do autor supracitado:

Por ter uma agenda democrática e de cidadania ativa, esse ciclo de desenvolvimento é percorrido por grandes momentos de mobilização institucional, dos quais podem ser citados quatro: a campanha das Diretas Já, a campanha pelos direitos na Assembléia Constituinte; a campanha pelo impeachment do Collor e a eleição do presidente Lula em 2002. É um movimento nacional com uma agenda mais expandida, fundamentado na democracia, cruzando conquistas institucionais e extrainstitucionais, estabelecendo uma espécie de refundação larga das próprias bases da democracia brasileira e do Estado brasileiro. (GUIMARÃES, 2009, p.16)

A mobilização nacional em torno de temas de interesse da sociedade, sem dúvida movimenta a Nação, propiciando a democracia e a luta por conquistas coletivas.

Assim, Guimarães (2009, p. 17) identifica “...cinco grandes tradições animadoras desse ciclo democrático de autoformação do povo brasileiro: o comunitarismo cristão, o nacional-desenvolvimentismo, o socialismo

democrático, o liberalismo republicano e a cultura popular...”, que expressam um pouco os momentos históricos da sociedade brasileira, o que caberia uma reflexão acerca desses momentos numa perspectiva de transformação pautada numa teoria social crítica .

Avritzer (2009) ressalta ainda a importância do crescimento que tivemos na história deste país das formas de organização da sociedade civil, sendo sem dúvida, um elemento importante para a democratização do Brasil. A maior concentração foi nas regiões Sul e Sudeste inicialmente expandindo-se para outras regiões, sendo os principais tipos de associação nos anos 80 as comunitárias e profissionais. O associativismo também aparece nas regiões Norte e Nordeste, mas com menos autonomia do que nas demais regiões. Essas associações de formato democrático são marcadas pela ação voluntária. O autor ainda reforça que já no começo dos anos 90 há um crescimento dos movimentos rurais e que nos anos 80, o associativismo e as formas de organização da sociedade civil aparecem na cena política, tendo em seu auge o processo constituinte. Houve assim, a participação institucionalizada dos movimentos populares no Estado, pela via das emendas populares. Na década de 90, é também destacado pelo autor que na sociedade civil há uma proliferação de ONGs no Brasil.

Outra questão relevante a ser destacada é que os conselhos de políticas e os orçamentos participativos são espaços importantes para que as instituições e os cidadãos representantes da sociedade civil participem e influenciem nas decisões públicas, mas que nem sempre são ocupados por cidadãos críticos e conscientes de seu papel diante da realidade e necessidades da sociedade como um todo.

Diante do exposto, alguns aspectos históricos foram resumidamente explicitados a fim de que possamos compreender a participação social historicamente na realidade brasileira.

Vale ressaltar que além da compreensão da participação social e da informação dos elementos essenciais do conhecimento da realidade social é preciso que estejamos motivados a participar. Assim entendemos que:

A motivação está relacionada ao modo como nos colocamos diante do mundo exterior. Existem várias ordens de motivos, porém, os de natureza ética é que nos levam a participar, propiciando o diálogo e a comunicação com o outro, favorecendo a associação em diferentes grupos. (LOBATO, 2010, p. 221)

Portanto, a participação em processos avaliativos deve ser considerada importante por seus protagonistas desde que compreendam o seu papel no processo de forma democrática, tenham informações a respeito da realidade a ser avaliada e estejam motivados para inserção neste processo.

De acordo com Carvalho (2007, p.89) “a avaliação participativa ganha destaque pelo seu uso freqüente na avaliação institucional”.

A autora, afirma também que,

[...]a avaliação participativa torna-se procedimento rico dado que sua realização é partilhada com os agentes e beneficiários envolvidos (no programa ou instituição) permitindo para além da avaliação uma apropriação reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento” (2007, p. 89).

Portanto, a avaliação participativa pressupõe partilhar opiniões sobre a realidade avaliada, bem como refletir coletivamente opiniões diferenciadas e chegar um objetivo comum, pois o resultado será a construção de um coletivo.

Entendemos que a política estudantil não está perfeita. Pelo contrário, nosso ponto de vista defende uma política estudantil em desenvolvimento. Ou seja, uma política estudantil que caminha a passos curtos, no intuito de minimizar as desigualdades sociais na educação superior, priorizando principalmente, aqueles que ingressam nas universidades e institutos federais, principalmente vindos de escolas públicas, dentre eles: pretos, pardos, indígenas, pobres, homossexuais. E muitas das vezes, o poder aquisitivo deste público é baixo, estando estes, em condições de baixa renda. Desta forma, concordamos com Vargas (2011, p. 151) quando ela fala que,

No Brasil, as desigualdades de oportunidades de ingresso no ensino superior, tendo em vista variáveis como classe social e etnia, colocam em desvantagem pretos, pardos e pobres e tendem a se agravar durante o período dos estudos.

Ainda de acordo com a autora,

A relevância da assistência estudantil como mecanismo de democratização das oportunidades de acesso e permanência no ensino superior é reforçada também por estudos como a pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos alunos de graduação das instituições federais de ensino superior, realizada entre 2003 e 2004, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), segundo a qual 65% dos universitários precisavam de algum tipo de apoio institucional para assegurar sua permanência nos cursos e 48,2% vivenciavam risco de “vulnerabilidade social”. Não obstante, apenas a partir de 2008 é que o poder público, atendendo a antigas reivindicações das universidades e do movimento estudantil, passou a destinar recursos para este fim, com a implementação pelo Ministério da Educação, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (VARGAS, 2011, p. 152).

Não podemos negar os avanços já realizados e da importância do debate sobre a assistência estudantil nos marcos da educação brasileira. Um debate que já vem sendo discutido há mais de 80 anos, conforme já destacamos. No governo de Getúlio Vargas, por exemplo, as políticas sociais tiveram uma importância significativa, assim como a própria educação passa a ser reconhecida como um direito regimentado pelo Estado. Conforme destaca Imperatori (2017, p. 286),

Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres.

A autora afirma que,

Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. A assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”. (IMPERATORI, 2017, p. 286).

O contexto educacional brasileiro, especialmente a educação pública, sempre foi palco de disputas, de retrocessos e avanços. Principalmente no atual momento que vivemos, já que os governos estão fazendo pouco caso para com a educação pública. Buscam a todo instante, reduzir os gastos com a educação pública, favorecendo o mercado educacional privado.

A partir do momento que a Educação Superior começou a se expandir, inclusive com uma forte expansão das universidades federais, estaduais, municipais e particulares, com pelo menos uma em cada estado. Com essa expansão, amplia-se o número de matrículas e as demandas também. Então, os estudantes perceberam que a educação pública poderia e deveria melhorar, assegurando assim as necessidades básicas dos estudantes, estouraram-se as reivindicações, as lutas e como parceiro, estava o movimento estudantil, lutando para que as instituições de educação passassem a assumir as responsabilidades pela manutenção dos discentes que de certo modo, não tinham recursos para suprir suas necessidades básicas nestes espaços.

Na década de 1970, conforme Imperatori (2017, p. 287), cria-se,

[...] o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. [...].

Por volta dos anos finais de 1980, tal Departamento acaba sendo extinto, conforme, Imperatori (2017, p. 288). A autora ainda afirma na mesma página que,

[...] as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. A assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas. Além disso, da mesma forma que a assistência social, a assistência estudantil foi marcada por relações clientelistas, que impediam a sua consolidação. [...].

Assim como a Educação Superior e seus espaços de formação cresceram entre 1950 e 1970, não podemos deixar de destacar que no decorrer do Governo Lula (2003 -2011), tanto as universidades federais quanto os institutos federais, tiveram uma significativa expansão, mostrando que o governo à época, mesmo com todos os defeitos, se preocupou em democratizar o Ensino Público e gratuito no País. Historicamente, as atividades de assistência estudantil nas IFES, são frutos das demandas dos estudantes. É uma luta constante da militância estudantil e vai continuar sendo, mesmo sabendo que no atual contexto, a Assistência Estudantil passa por momentos difíceis, principalmente no que diz respeito à contenção de recursos, inviabilizando a ampliação de acesso por parte dos estudantes às ações propostas pelo PNAES e desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior. Ressaltamos também que esta discussão requer uma análise constante, pretendendo assim, contribuir cada vez mais para um debate crítico, construtivo e pautado na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, fazendo com que as desigualdades nos campos educacionais, sociais, culturais, políticas e econômicos, sejam minimizados. Para tal, faz-se necessário ampliar os direitos sociais, o direito às políticas públicas e sociais, a exemplo da educação e da assistência estudantil.

Compartilhamos das palavras de Vasconcelos (2010, p. 613), quando ela, destaca que,

A implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional.

Afirma que,

Ainda é prematuro tirar conclusões definitivas a respeito do PNAES, porém, pode-se afirmar que ao longo da história da educação esse tipo de iniciativa e incentivo financeiro governamental foi almejado por todos os profissionais que atuam na área da educação, em especial, os profissionais que atuam diretamente com a assistência estudantil na IFES do Brasil (VASCONCELOS, 2010, p. 613).

Portanto, como podemos perceber, a luta histórica em prol de uma educação de qualidade, faz parte das lutas e resistências da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e estudantis. O movimento estudantil, por sua vez, tem uma marca importante na história da educação brasileira, no que diz respeito, a defesa dos direitos estudantis, na ampliação das políticas públicas e sociais, principalmente, no âmbito da política de educação. É notório perceber que a história não nega os fatos, assim como nos dias atuais, estamos sofrendo os mais regressivos ataques às políticas de saúde, de educação, de previdência social, como também, na seguridade social, em si. Os retrocessos são preocupantes, pois, de certo modo, acaba nos fazendo questionar os rumos que a educação pública e assistência estudantil podem tomar e as consequências que tais retrocessos podem levar ao acesso, à permanência e à conclusão da graduação, com qualidade, por parte dos estudantes das instituições públicas de ensino.

Por fim, acreditamos que as Políticas de Assistência Estudantil podem sim contribuir para minimizar as desigualdades sociais na educação pública. Contribuem para a permanência dos estudantes nas universidades e institutos federais, e, conseqüentemente, contribuem para a qualidade do desempenho acadêmico, sendo a assistência estudantil uma política essencial para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, ou seja, o tripé que move as Instituições de Ensino Superior (IFES). Apesar da sua

importância, ainda vemos a política de assistência estudantil de forma focalista, seletista e restritiva, cabendo a nós, usuários deste direito, continuar na luta para que a garantia deste direito social seja pensando, garantido e distribuído como um direito universal, voltado para a igualdade de oportunidades.

A Iniciação Científica no Ensino Médio, pela UFT está destinada a alunos de escolas de nível médio, públicas do ensino regular, escolas militares, escolas técnicas ou escolas privadas de aplicação. O programa vigorará em conformidade com as Normas para Participação no Programa Institucional de Iniciação Científica; de acordo com a Resolução Normativa 017/2006 do CNPq. Esta iniciativa tem como finalidade selecionar alunos do ensino médio que, sob a orientação de docente com vínculo institucional com a Universidade Federal do Tocantins, desenvolverá plano de trabalho em uma das quatro grandes áreas do conhecimento: ciências agrárias, ciências biológicas e da saúde, ciências exatas e da terra, ciências humanas, sociais aplicadas e letras;

Os objetivos do PIBIC-EM são: fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos; desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes; identificar e formar estudantes do ensino médio, interessados em ter experiência em projetos de pesquisa científica da UFT; incentivar o pensamento científico entre os estudantes descobrindo novas vocações e identificando jovens talentos; viabilizar maior interação entre o meio acadêmico e as escolas de nível médio.

O grêmio estudantil é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Atuando nele, você defende seus direitos e interesses e aprende ética e cidadania na prática.

Entendemos que toda representação estudantil deve ser estimulada, pois ela aponta um caminho para a democratização da Escola. Por isso, o Grêmio nas Escolas públicas deve ser estimulado pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à Direção numa gestão colegiada.

Os Grêmios Estudantis compõem uma das mais duradouras tradições da nossa juventude. Pode-se afirmar que no Brasil, com o surgimento dos grandes estabelecimentos de ensino secundário, nasceram também os Grêmios Estudantis, que cumpriram sempre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude, organizando debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades. As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os Grêmios contribuem, decisivamente, para a formação e o enriquecimento educacional de grande parcela da nossa juventude.

Em muitas Escolas, contrariando as leis vigentes e correndo grandes riscos, mantiveram as atividades dos Grêmios livres, que acabaram por se tornar importantes núcleos democráticos de resistência à ditadura. Com a redemocratização brasileira, as entidades estudantis voltaram a ser livres, legais, ganhando reconhecimento de seu importante papel na formação da nossa juventude. Em 1985, por ato do Poder Legislativo, o funcionamento dos Grêmios Estudantis ficou assegurado pela Lei n. 7.398, como entidades autônomas de representação dos estudantes.

Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. § 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim. § 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral. (BRASIL, 1985)

Assim, podemos afirmar que o trabalho com os grêmios estudantis está amparado legalmente pela legislação vigente.

1.5.3 Objetivos

GERAL:

- Formar agentes multiplicadores dos grêmios estudantis das escolas de nível fundamental e médio para o

desenvolvimento de atividades sociais, políticas e educativas.

ESPECÍFICOS:

- Despertar e fortalecer a consciência crítica das crianças, dos adolescentes/jovens para participação política nos grêmios estudantis das escolas de ensino fundamental e médio;
- Desencadear um processo de organização e participação social e política das crianças e dos adolescentes/jovens no contexto local;
- Propiciar a aproximação e o envolvimento do jovem no espaço universitário;
- Motivar os adolescentes/jovens para inserção na universidade pública e na iniciação científica EM.

1.5.4 Metodologia e Avaliação

A metodologia aplicada para desenvolvimento do projeto envolverá:

• Inscrição on-line

• Planejamento e Organização das atividades do projeto

• Estudo teórico

• Encontros semanais com a equipe

• Encontros quinzenais com 2h com os/as estudantes do ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO através de estratégias pedagógicas virtuais - remotas, síncronas e assíncronas, com explanação oral de conteúdos envolvendo multimídias (Datashow, microfone, slides, filmes, músicas, dentre outros), dinâmicas de grupo, seminários, exercícios, jogos e outros para capacitação dos agentes multiplicadores

• Monitoramento do projeto.

• Avaliação do projeto

A avaliação do projeto envolverá os/as estudantes do ensino fundamental e médio, através do funcionamento e resultado das ações dos grêmios estudantis. A participação dos estudantes nos grêmios estudantis também será importante para avaliar o projeto.

Também serão periodicamente feitos contatos com os gestores das escolas de ensino fundamental e médio para averiguar os resultados do projeto.

Junto aos/às acadêmicos/as da graduação e pós-graduação do curso de Serviço Social da UFT serão averiguados o cumprimento da carga horária de atividades complementares que envolvem a extensão.

AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto de extensão será feita de diferentes formas, sendo elas:

- Junto às escolas diante do aproveitamento e rendimento escolar dos/as estudantes de ensino fundamental e médio;
- Junto à direção da escola diante do funcionamento do “Grêmios estudantis” e da adesão de novos estudantes, bem como da participação dos mesmos nas atividades do grêmios e da escola;
- Junto aos/as acadêmicos/as do curso de Serviço Social da graduação e pós-graduação diante do aproveitamento das atividades complementares, conforme PPC da graduação (135h) e da Pós-graduação – Mestrado em Serviço Social (30h).

1.5.5 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

A relação do ensino, pesquisa e extensão se dará por meio do GEPESSFEP e dos cursos de graduação e pós-graduação, pois nos PPCs dos cursos exigem uma carga horária para extensão em atividades complementares, assim como uma articulação com grupos de estudo e pesquisa, possibilitando trabalhar a unidade entre teoria e prática de forma que se busquem alternativas para o enfrentamento das dificuldades de execução das políticas sociais na realidade social na perspectiva de efetivação dos direitos sociais, que traz em seu bojo a desigualdade social e ranços conservadores, discriminatórios e antidemocráticos na perspectiva premente de uma sociedade mais justa, mais igualitária e democrática.

Assim, o PPC do curso de graduação de Serviço Social totaliza 2.580h de Disciplinas; O Estágio Supervisionado do 5º ao 8º período, distribuído em 135h por semestre (30h teóricas e 105h práticas), totalizando 540h; e as Atividades Complementares de 135h, sendo obrigatórias para a formação

profissional, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. A carga horária do curso consiste em 3.255h (UFT, PPC Serviço Social, 2010).

Já no PPC do curso de pós-graduação – mestrado em Serviço Social, exige uma carga horária total do curso: 540h, sendo carga horária total de disciplinas obrigatórias: 180h e carga horária total de disciplinas optativas: 360h, sendo obrigado a cursar: 120h. A carga horária das demais disciplinas da estrutura são 240h, envolvendo:

- 180h – orientação de dissertação
- 30h – atividades em produção acadêmica
- 30h – extensão universitária

1.5.6 Avaliação Pelo Público

A avaliação será feita durante as atividades junto aos/as estudantes gremistas, por um link e formulário on line.

Pela Equipe

Através de reuniões de planejamento, avaliação e monitoramento das atividades e pelos membros do GEPESSFEP do Câmpus de Miracema da UFT.

1.5.7 Referências Bibliográficas

ALBIERO, C. M. G. Ensinar e Aprender: Desafios Constantes na formação profissional em Serviço Social. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. O estágio como 'locus' primordial para o exercício da avaliação qualitativa no curso de Serviço Social. Revista Construindo o Serviço Social. Bauru-SP. Instituto de pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social: Edite, nº 7, 2001.

_____. Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na Supervisão Sistemática e na Avaliação Qualitativa no Estágio Acadêmico em Serviço Social. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALBIERO, C. M.G.; NUNES, E. B. L.de L. P.; BUENO, E. R. de A. (org.) Avaliação Institucional: impasses e perspectivas para uma educação superior de qualidade. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

BEHRING, E. R. et BOSCHETTI, I. Política Social – Fundamentos e história. Biblioteca Básica – Serviço Social, São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo no Serviço Social. In. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p 637-651, out/dez, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Lei nº 8662, de 7 de Jun. 1993. Regulamentação da profissão de Assistente Social. CFESS, Brasília, 1993.

_____. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de mar. 1993. Código de ética profissional do Assistente Social. CFESS, Brasília, 1993.

_____. Lei nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985. Organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, Brasília, 1985.

CARDOSO, I. C. da C.; et al. Proposta Básica para o projeto de formação profissional – Novos Subsídios para o debate. In: Formação Profissional: Trajetórias e desafios. Cadernos ABESS nº 07, 1997.

CARVALHO, D. B. B. de et SILVA, M. O. da Silva e. Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: nº 24, p. 05-15, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acessado em 04/08/2017.

GRESS – SP. Legislação Brasileira para o Serviço Social. Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da(o) Assistente Social. 2ª ed. São Paulo, 2006.

CURCINO. L. do N. Cras-Volante na região central do Tocantins: um novo equipamento de atuação do assistente social. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de

Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2017.

FRIGOTTO, G. Educação e a Crise do Socialismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A produtividade da Escola Improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Educação e a Crise do Socialismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

IBGE 2017. Censo 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/panorama>. Acessado em 28.08.2018.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em serviço Social: Exigências Atuais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília-DF, CFESS/ABEPSS, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. – 5.ed. – 3ª. reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2009.

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. In: Cadernos de Pesquisa, nº 107, p. 187-206, julho/1999. Ceará, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>> Acessado em 20/12/2017.

LEHER, R. Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: A Educação como Estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da Pobreza. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

_____. “Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século”. IN: DOURADO, F. L., CATANI, A. M., OLIVEIRA, J. F. de. (orgs.). Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: XAMÃ; Goiânia: Alternativa, 2003.

LEITE, R. S. Uma análise qualitativa da formação profissional em Serviço Social: a perspectiva dos/as egressos/as atuantes referente a realidade do Curso de Serviço Social da UFT no Câmpus de Miracema. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2015.

LIMA, R. M. de. A política de assistência estudantil nas instituições de ensino superior. (Trabalho de Conclusão de Curso) -Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2018.

LOPES, M. F. M. A mediação do estado na fronteira público –privado no processo de interiorização do ensino superior privado na zona da mata mineira: o caso faminas, em muriaé – MG. Tese (Doutorado em Serviço Social Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MACEDO, M. de S. Educação superior e políticas de cotas na Universidade Federal do Tocantins. 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso)-Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2015.

MARTINS, L. C. de O. A educação superior e a universidade: a busca da equidade – uma preocupação também do Assistente Social. In: Revista Construindo o Serviço Social. Bauru-SP. Instituto de pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social: Edite, nº 10, 2002.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior. MEC, 2004, Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2005.

PAULO NETTO, J. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. Revista Temporalis, ABEPSS nº 1, Brasília: Valci, 2000.

PEREIRA, Larissa. Dahmer. "Mercantilização do Ensino Superior, educação a distancia e Serviço Social". In: Revista Katál. Florianópolis, V. 1 2 n.2 p.268-277 Jul./dez. 2008.

SILVA, T.A. Serviço Social: uma reflexão dos/as acadêmicos/as em processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFT. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins, Miracema, TO. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social. Câmpus de Miracema. Miracema do Tocantins/TO, 2010.

_____.Planejamento estratégico 2006-2010. Palmas/TO, 2006.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. Palmas/TO, 2007.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. Palmas/TO, 2013.

_____. Catálogo dos Cursos. Palmas/TO. 2009.

WANDERLEY, L. E. Educação e Cidadania. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62, São Paulo, Cortez Editora, 2000.

WANDERLEY, M. B. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. Cadernos ABESS nº 8, São Paulo: Cortez, 1998.

1.5.8 Observações

ATIVIDADES:

O projeto irá funcionar das 19h as 21h, a cada 15 dias para capacitação de agentes gremistas multiplicadores de forma virtual com atividades síncronas e assíncronas de âmbito social, político e educativo, sendo:

- Atividades de organização e participação política e reflexão da realidade social na perspectiva de efetivação dos direitos sociais, despertando e fortalecendo a consciência crítica dos jovens para enfrentamento de pensamentos conservadores e preconceituosos na busca de uma sociedade mais igualitária, democrática e justa. Os temas a serem desenvolvidos nos encontros envolvem:

- o Reflexão e análise da conjuntura nacional

- o Organização política e social

- o Participação política e social

- o Movimento estudantil

- o Levantamento de temas emergentes

- o Levantamento de demandas das crianças e dos adolescentes e jovens dos municípios

- o Criação de estratégias de enfrentamento das demandas levantadas.

- Atividades de lazer

As atividades de lazer envolvem estratégias virtuais:

- o Jogos interativos

- o Música

- o Dança

- o Atividades Físicas e recreativas

- o Gincanas

o Campeonatos

• Atividades voltadas a iniciação científica, motivando e preparando os jovens para o ingresso na universidade com perspectivas a desenvolver pesquisas, envolvendo:

o elaboração de currículo lattes;

o manuseio das normas da ABNT;

o leitura e interpretação de textos;

o resenhas de livros e artigos científicos;

o exercícios práticos de citações, notas de rodapé, dentre outros.

Ainda serão desenvolvidas atividades como:

• Sessão de filmes;

• Palestras técnicas de temáticas pertinentes ao movimento estudantil;

• Festas comemorativas virtuais, dentre outras.

Vale destacar que as atividades serão preparadas a fim de que os gremistas multipliquem as mesmas no âmbito das escolas com o apoio dos gestores e educadores.

Caso as atividades sejam desenvolvidas no âmbito acadêmico presenciais, as atividades do projeto de extensão serão mescladas entre virtual e presencial.

1.6 Divulgação/Certificados

Meios de Divulgação:	Internet
Outros meios de Divulgação:	card
Contato:	E-mail e grupos de WhatsApp.
Emissão de Certificados:	Participantes, Equipe de Execução
Qtde Estimada de Certificados para Participantes:	30
Qtde Estimada de Certificados para Equipe de Execução:	34
Total de Certificados:	64
Menção Mínima:	
Frequência Mínima (%):	0
Justificativa de Certificados:	Os certificados serão fornecidos aos agentes gremistas multiplicadores, a equipe de execução docentes, discentes da graduação e pós-graduação da UFT e gestores e educadores das escolas de ensino fundamental e médio públicas estaduais e municipais.

1.7 Outros Produtos Acadêmicos

Gera Produtos:	Sim
Produtos:	Artigo Completo Capítulo de Livro Manual Relato de Experiência Relatório Técnico Resumo (Anais) Revista
Descrição/Tiragem:	E-book de forma virtual de ampla abrangência.

1.8 Anexos

Nome	Tipo
doc._direcao__gest_fm__2021.pdf	Modelo de Termo de Ciência e Compromisso

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da UFT

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Célia Maria Grandini Albiero	Dedicação exclusiva	UFT	240 hrs	Coordenador(a)
Maryvalda Melo Santos	40 horas	UFT	96 hrs	Palestrante, Colaborador(a)

Discentes da UFT

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Hélia Chaves Silva	Serviço Social	UFT	192 hrs	Discente Voluntário(a)

Técnico-administrativo da UFT

Não existem Técnicos na sua atividade

Outros membros externos a UFT

Não existem Membros externos na sua atividade

Coordenador:

Nome: Célia Maria Grandini Albiero

Nº de Matrícula: 1631290

CPF: 06809999817

Email: celiaalbiero@uft.edu.br

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato: (63) 33668638 / (63) 999948755

2.2 Cronograma de Atividades

Atividade: Apoio ao Projeto - palestras e acompanhamento (Planejamento e Avaliação).

Início: Jan/2021

Duração: 12 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 8 Horas/Mês

Responsável: Maryvalda Melo Santos (C.H. 8 horas/Mês)

Atividade:

Capacitação de gremistas multiplicadores das escolas públicas municipais e estaduais do ensino fundamental e médio.

Atividades de organização e participação política e reflexão da realidade social na perspectiva de

efetivação dos direitos sociais, despertando e fortalecendo a consciência crítica dos jovens para

enfrentamento de pensamentos conservadores e preconceituosos na busca de uma sociedade mais

igualitária, democrática e justa.

- Atividades de lazer

As atividades de lazer envolvem estratégias virtuais:

o Jogos interativos

o Música

o Dança

o Atividades Físicas e recreativas

o Gincanas

o Campeonatos

- Atividades voltadas a iniciação científica, motivando e preparando os jovens para o ingresso na universidade com perspectivas a desenvolver pesquisas.

Vale destacar que as atividades serão preparadas a fim de que os gremistas multipliquem as mesmas no

âmbito das escolas com o apoio dos gestores e educadores.

Início: Jan/2021 **Duração:** 12 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Hélia Chaves Silva (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Coordenação do projeto - Planejamento, Organização, Monitoramento, Supervisão e Avaliação das atividades do projeto

Início: Jan/2021 **Duração:** 12 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Célia Maria Grandini Albiero (C.H. 20 horas/Mês)

Responsável	Atividade	2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maryvalda Melo Santos	Apoio ao Projeto - palestras e acompanhamen...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hélia Chaves Silva	Capacitação de gremistas multiplicadores ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Célia Maria Grandini Albiero	Coordenação do projeto - Planejamento, Orga...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Local _____, 07/01/2021

Célia Maria Grandini Albiero
Coordenador(a)/Tutor(a)